

O ESTADO DEPENDENTE E AS POLÍTICAS SOCIAIS: UMA RELAÇÃO DE CONFLITOS FRENTE AO (ULTRA) NEOLIBERALISMO

 <https://doi.org/10.56238/sevened2024.029-031>

Eduardo Henrique Moraes Santos

Mestre em Serviço Social e Políticas Sociais
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
E-mail: ehm.santos@unifesp.br

Alan Farley Prates Oliveira

Mestre em Serviço Social
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
E-mail: alanfarley@gmail.com

Raquel de Oliveira Mendes

Mestra em Educação Profissional e Tecnológica
Universidade Federal do ABC
E-mail: raqueloliveira.as@academico.ufs.br

RESUMO

O presente trabalho discute a relação entre as políticas sociais e o Estado marcado pelo momento (ultra) neoliberal do capitalismo sob a ótica materialista histórica dialética, apoiada em pesquisa bibliográfica da literatura da área, com análise qualitativa. Conclui-se que as políticas sociais, enquanto instrumento criado e mantido sob o domínio do Estado Burguês, expressa um papel de conflito ao garantir os meios para a manutenção da ordem social ao tempo que oferece condições para a sobrevivência imediata dos trabalhadores, dentro da dinâmica internacional do capital. O (ultra) neoliberalismo, longe de alterar a finalidade dessa relação, tenciona giros sensíveis na organização das políticas sociais, sobretudo na influência do mercado e do Estado na sua oferta, ampliando a contradição desta relação.

Palavras-chave: Estado. Políticas Sociais. América Latina. Neoliberalismo. Classes Sociais.



1 INTRODUÇÃO

Discutir o papel do Estado nas relações sociais, sobretudo nas ações voltadas para a classe trabalhadora na diminuição da miséria, fome e desigualdade social, é uma tarefa complexa e desafiadora, pois apresenta elementos contraditórios enraizados no sistema societário que, moldado pelo modo de produção, caracteriza o próprio Estado. Essa relação dialética permite compreender melhor as políticas sociais dentro de um aspecto histórico, atualmente marcado pelo (ultra) neoliberalismo, e os condicionamentos para os Estados Latino Americanos.

Sabe-se que a política social possui um lugar importante no fazer profissional do Serviço Social brasileiro, não sendo exagero afirmar que ela ocupa uma importante agenda de estudos. Boschetti (2021) afirma que:

Não se pode entender as possibilidades e limites do Serviço Social a partir de si mesmo, de forma endógena. Assim, a relação entre Política Social e Serviço Social precisa ser entendida na história, a partir de suas determinações estruturais e conjunturais (p. 34).

É imerso nesse desafio que aqui nos propomos discutir a relação entre as políticas sociais e o Estado dependente marcado, atualmente, pelo momento (ultra) neoliberal do capitalismo, entendendo a necessidade dessa discussão para avançarmos, enquanto categoria profissional, em futuras discussões sobre os impactos dessa relação para a população usuária dessas políticas e pelos profissionais que a utilizam como solo de sua intervenção.

Para tanto, utilizou-se da pesquisa bibliográfica com análise qualitativa da literatura da área, constituindo o presente trabalho em três partes, além da presente introdução e considerações finais. O primeiro tópico reflete sobre o conceito de Estado, demarcando a compreensão da Teoria Marxista da Dependência para entendermos esse conceito na conjuntura da América Latina, introduzindo as políticas sociais nesse arranjo. O tópico a seguir, por sua vez, introduz a discussão sobre o neoliberalismo para que, no terceiro tópico, seja possível trazer a baila o significado das transformações do modo de produção capitalista em sua face (ultra) neoliberal para a realidade e seus rebatimentos nas políticas sociais, apresentando algumas observações para trabalho profissional da e do assistente social nessa conjuntura.

2 O CONCEITO DE ESTADO: E SEUS DESDOBRAMENTOS PARA A CRIAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS

Para Pereira (2008), há desafios para a definição de Estado pois existem diferentes noções acerca desse instrumento e sua ideia é associada e confundida aos seus órgãos ou elementos constitutivos. Compreende-se que o Estado não é um fenômeno isolado, fechado ou circunscrito a si mesmo, pois ele está em constante relação com a sociedade. (Pereira, 2008).

Em Ideologia alemã, Marx e Engels (2001) refletem sobre a formação do Estado moderno alcançado pelas frações da burguesia que se constituem enquanto uma classe que precisa se organizar no plano nacional e dar uma forma universal aos seus interesses comuns, abrangendo a classe trabalhadora, porém de forma ilusória, pois o Estado “está sempre vinculado à classe dominante e constitui o seu órgão de dominação” (Marx & Engels, 2001, p. 31) para alcançar a citada hegemonia.

Desta forma, se o Estado representativo moderno “[...] não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (Marx & Engels, 1999, p.10), então sua função primeira é a de assegurar as condições de acumulação e de reprodução do capital. Assim, percebe-se que as relações políticas de dominação (compõe o Estado) são interligadas com as relações sociais e econômicas de produção (interesses burgueses). Em outras palavras, a definição de Estado moderno está vinculada às próprias características do capitalismo.

Partido do princípio acima exposto, aprofundar essa análise para os Estados nacionais da América Latina levanta maior complexidade para essa definição, pois esses países não compartilham das mesmas condições de produção e troca de mercadoria em relação aos países centrais do capital, a exemplo dos Estados Unidos. Marine (2005) os define como países dependentes, pois estão submetidos a uma relação de subordinação, mesmo que formalmente sejam independentes.

O citado autor (Marine, 2005) demarca que o avanço econômico dos países centrais apenas é possível em razão do atraso dos países periféricos, através da transferência de valor gerado pelas nações dependentes na produção de bens primários e de consumo, por meio de (ou ausência de) uma industrialização com maquinários e tecnologias ultrapassados - e comprados dos países centrais, e nas condições desiguais de intercâmbio.

Diferentemente da concepção da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), criada em 1949 que também se propunha a refletir sobre as “economias periféricas na economia mundial e as limitações internas do subdesenvolvimento” (Coelho, n.d, p.3.), Marine (2005) destaca que apenas com a industrialização os países dependentes não poderiam ascender à um país central, pois suas economias são condicionadas pelo desenvolvimento e expansão das economias centrais, incluindo o acesso a novas tecnologias.

Para o autor, Marine (2014), o máximo que um destes países poderia alcançar dentro do sistema produtivo mundial capitalista é a condição de subimperialista em relação a seus vizinhos, exercendo um papel intermediário entre centro e periferia, porém mantendo as condições de subalternidade e exploração, a exemplo do Brasil (Luce, 2012). Essa ideia é relatada no trecho a seguir:

Um dos aspectos originais com que atualmente se apresenta a nova política de dominação consiste em favorecer o desenvolvimento industrial de um dentre os países, aquele que melhores perspectivas oferece para essa expansão, a fim de utilizá-lo como instrumento de domínio sobre outras áreas, que, por motivos econômicos ligados à alta posição do dominador, este já não pode explorar diretamente. O mundo periférico está entrando na fase em que se vê ameaçado de assistir ao surgimento de um imperialismo subsidiário. É o momento em que o

centro dominante principia a perder os meios de que se valia para exercer o poder direto sobre regiões atrasadas tradicionalmente espoliadas, e se acha compelido a substabelecer, na pessoa de outro país, um procurador, para efeito de prosseguir, agora de maneira indireta, a velha e sempre proveitosa exploração. A nação capitalista altamente industrializada encontra-se a braços com contradições que lhe dificultam a marcha habitual: o crescente desemprego operário, a obsolescência de máquinas válidas, a automatização, a produção militar socialmente sem consumo etc. Chega o momento em que lhe convém estabelecer uma sucursal no mundo periférico, criar um satélite industrial, ao qual procurará ajudar por todos os meios, a fim de que se desenvolva, desde que o faça utilizando-se das máquinas e técnicas superadas do centro dominador. Trata-se, para este, de tomar a seu cargo um país atrasado e fazê-lo repetir a fase de desenvolvimento pela qual já passou o centro, deste modo renovando benefícios que diretamente não pode mais obter (Pinto, 1960).

Nota-se que a dependência do país subimperialista não é superada e está sob a mediação do país central, mesmo que busque uma relativa autonomia nessa relação, essa dinâmica contraditória é interpretada por Marine (1965) como uma cooperação antagônica, ou seja, apesar de ambos os países ganhar com essa articulação, essa relação ainda reproduz a condição de dependente de um destes países, pois ainda existe a transferência de valor entre a burguesia das regiões periféricas e a burguesia central.

Diante disto, os burgueses internos dos países dependentes lançam mão de uma série de ações como uma forma de recuperar a sua capacidade de acumulação, viabilizando a superexploração da classe trabalhadora nacional, seja por meio do aumento da intensidade da jornada de trabalho, ou do prolongamento desta jornada, pela redução dos salários ou, ainda, pela ampliação do valor da força de trabalho sem aumento salarial (Amaral, 2012).

Se a função do Estado é garantir as condições de acumulação e de reprodução do capital, e se essas condições mencionadas são dependentes em relação aos países centrais, logo, este Estado também é dependente e dará cabo nessas necessidades da burguesia interna. Entretanto, para Martins (2011), apesar de ser a classe dominante quem orienta os interesses políticos do Estado, não é ela quem necessariamente o integra, a exemplo disso são presidentes, ministros e outros representantes políticos que não são de origem burguesa, mas professam discursos e ações para a classe dominante.

Para o citado autor (Osório, 2014), a composição do Estado viabiliza uma autonomia relativa do Estado, ou seja, abre espaço para que o Estado não atue unicamente conforme os interesses da classe dominante, criando a ideia de um Estado neutro que, contraditoriamente, reforça a dominação da classe dominante. Para o autor, o Estado capitalista expressa não somente uma correlação de forças na qual predominam os interesses das classes dominantes, antes disso, refere-se à:

[...] uma relação social que cria força e modifica essas correlações em favor dos que dominam. Supor que o Estado “reflete” a luta de classes implica concebê-la como uma entidade neutra, que revela o ponto em que se encontra a correlação de forças entre as classes, algo assim como um termômetro político. Mas, ao contrário, o Estado tem um papel ativo na luta de classes a favor da integração e da organização das classes dominantes e da dispersão e desarticulação das classes dominadas (OSÓRIO, 2014, p. 51).

O autor supracitado afirma que a ideia de que o Estado burguês expressa “conquistas” dos dominados, como direito à greve, sindicalização, partidos populares, fórmulas democráticas de

dominação, deve ser entendida dentro desses limites. “São *conquistas*, porém *desvirtuadas e filtradas* pela ação estatal” (Osório, 2014, p.51, grifos nossos).

A concepção acima citada destaca a centralidade nas relações entre as classes sociais e de produção, constituindo uma dinâmica de disputa por projetos societários no interior e entre as classes que, ao longo da história, diversifica as estratégias de dominação do Estado burguês e sua interação com a sociedade, apesar de manter o princípio primeiro do Estado de garantia das condições de dominação da classe burguesa.

É neste contexto que se insere as políticas sociais, como uma aparente ideia de conquista e de direitos, mas essencialmente como uma ferramenta entre outras do arcabouço do Estado Burguês para a garantia da dominação, especialmente por incentivar a suposta neutralidade deste Estado. É evidente que, para a manutenção desse sistema que ressalta a pobreza e aprofunda a desigualdade social nos países periféricos através da superexploração, é necessário lidar com as consequências desta contradição. As políticas sociais surgem como uma forma de evitar o colapso das relações sociais, enquanto promovem o consenso entre as classes. E quando não são suficientes, recorrem à coerção:

Se o capitalismo é um sistema com dimensões civilizatórias, são as dimensões da barbárie, porém, que tendem a prevalecer no capitalismo dependente. Sociedades atravessadas por esses processos geram altos níveis de conflito social, alguns latentes e muitos outros manifestos. A reprodução do capital sustentada na superexploração gera agudas fraturas sociais: ilhas de riqueza no meio de um mar de pobreza, trabalhadores esgotados prematuramente, miséria e desemprego. Tudo isso tende a criar condições para potencializar os enfrentamentos sociais e a luta de classes. Assim, a ordem social se torna possível sobre a base de um exercício férreo do poder político, o que requer um Estado no qual os mecanismos coercitivos operam de forma recorrente (Osório, 2014, p. 208-209).

Com a fase subimperialista do Brasil, e o caráter social liberal dos governos que se sucederam (governo Lula de 2003 a 2010, governo Dilma de 2011 a 2016), as políticas sociais conseguiram amortecer algumas expressões da extrema pobreza e viabilizar a sobrevivência de parte dos trabalhadores, entretanto, conforme aponta Luce (2012), a condição de país dependente dentro do capitalismo imperialista e internacional perpetua as condições de superexploração do trabalho nacional, marcado pela manutenção da longa jornada de trabalho e o intenso ritmo de produção, sem a devida atualização do valor histórico-social da força de trabalho no pagamento recebido.

3 ESTADO E O NEOLIBERALISMO: REFLEXÕES PARA A AMÉRICA LATINA

A intervenção Estatal na sociedade contemporânea é marcada por amplos debates, sobretudo políticos e ideológicos, que colocam projetos societários em disputa. Nesse enredo, o liberalismo surge como uma proposta de Estado não intervencionista, com uma economia organizada estritamente pelo mercado. Contraditoriamente, o neoliberalismo foi constituído com “a ajuda das tarifas protetoras, de

exportações subvencionadas e de subsídios indiretos dos salários” (Carcanholo & Baruco, 2011, p. 12), ou seja, a contradição mais básica do dito mercado livre é sua própria relação com o Estado, financiado por ele em todo seu processo.

Desta forma, partindo desta compreensão de que o sistema de mercado necessitou do Estado para sua implementação, para a sua manutenção essa relação não poderia ser diferente: “O liberalismo econômico pode, portanto, pedir que o estado use a força da lei; pode até mesmo apelar *para as forças violentas* da guerra civil a fim de organizar as precondições de um mercado autorregulável” (Polanyi, 2000, p. 152-153, grifos nossos).

Essa contradição da presença/ausência do Estado, aliada às crises produtivas do capitalismo, questiona outras propostas políticas e ideológicas que, mais uma vez, destacam o papel do Estado como, por exemplo, o Estado de Bem Estar Social (*Welfare State*), pautado por um Estado intervencionista através de políticas sociais na perspectiva de manter o consumo e pleno emprego para acompanhar a produção do sistema fordista que, na década de 1970, entra em crise (Carcanholo; Baruco, 2011, p. 12).

Assim, a problemática que se engendrou nos últimos anos não paira sobre a avaliação se o Estado foi menos ou mais interventor, pois ele sempre será interventivo, o que se questiona é o padrão dos gastos estatais, agora perceptivelmente em detrimento das políticas sociais de caráter universalizante.

Trata-se, isto sim, de um Estado comprometido com a valorização capitalista financeiro-fictícia e, para que isso seja possível, a restauração do capital exigiu, [...], um Estado “mini-max”, mínimo para o trabalho e máximo para o capital. Ao afirmar uma suposta necessidade de redução do tamanho do Estado, o ataque do grande capital se dirige, na verdade, contra as dimensões democráticas da intervenção do Estado na economia, fundamentalmente suas dimensões coesivas (Carcanholo & Baruco, 2011, p. 12).

É nesse cenário que a proposta neoliberalista se consolida em substituição ao keynesianismo do *Welfare State*. O comportamento econômico passou a determinar o comportamento dos seres humanos em sociedade, invertendo valores e visões sobre a realidade, incluindo sobre a percepção da população sobre a desigualdade social. Do ponto de vista economicista, a desigualdade é vista nesse modelo como uma meta, pois é o que “[...] dá sentido à busca por produtividade e eficiência, enquanto que, do ponto de vista moral, o incentivo ao esforço pessoal só teria sentido com a desigualdade, ou melhor, a diferenciação social seria o prêmio por aquele primeiro” (Carcanholo; Baruco, 2011, p. 12).

Logo, as estratégias para o combate à desigualdade e para a ampliação da proteção social, como as políticas sociais, passam a ser vistas como empecilhos para uma ordem neoliberal. Assim, para a ampliação dessa proposta política-ideológica, o conceito das políticas sociais precisa ser substituído “pela fria constatação da inevitabilidade da pobreza e da miséria, levando a um caminho que nos obriga

a tratar o fenômeno apenas em suas manifestações mais agudas, portanto, de forma localizada e fragmentada” (Iasi, 2017, p. 221).

Desta forma, o neoliberalismo passa a ditar de que forma o Estado intervém na desigualdade social e, nessa proposta política-ideológica, as políticas sociais não ocupam um lugar de centralidade, desresponsabilizando-se de sua oferta.

O período pós segunda guerra mundial, marca a gênese dos ideais neoliberais, onde na região da Europa e da América do Norte, imperava o capitalismo intervencionista. Friedrich Hayek indicava transformações na referência capitalista que na época estava em desenvolvimento. Na década de 1940, a publicação da obra “O caminho da servidão” em crítica ao Estado intervencionista e de bem-estar, tratavam de um “[...] ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciada como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política” (Anderson, 1995, p. 09). Em razão desse posicionamento, Hayek foi conquistando ao longo dos anos críticos e admiradores.

Em 1947, Hayek fundou na Suíça a Sociedade de Mont Pèlerin, “[...] uma espécie de franco-maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos. Seu propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar bases de um outro tipo de capitalismo” (Anderson, 1995, p. 09). Um capitalismo duro e livre era a proposta dos idealizadores do neoliberalismo. Contudo, as condições não eram favoráveis ao modelo proposto. Visto que, o momento favorecia a hegemonia do capitalismo avançado, na chamada Idade de Ouro, seu maior crescimento se deu nas décadas de 1950 e 60.

O modelo neoliberal de se fazer política, quase que inevitável, como resposta às exigências da globalização, ampara-se na desregulamentação da economia, privatização do modelo estatal, macroeconomia monetarista, legislação anti sindicalista. As experiências neoliberais na América Latina chegam com Pinochet¹, conhecido ditador do Chile, foi um dos pioneiros na implementação na América latina entre 1973 a 1990, através de um grupo de economistas conhecidos como *Chicago Boys*, com forte influência norte-americana.

Essa influência dos Estados Unidos não é apenas uma coincidência, o citado país central necessita da dependência dos países periféricos e, em razão disto, expande sua influência na região. Representantes e mediadores destas capitais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) ampliam essa influência e a pressão pela implementação do neoliberalismo na América Latina.

¹ No dia 11 de setembro de 2003 completaram-se 30 anos de uma das ditaduras mais longas da história do Chile. O general Augusto Pinochet comandou a vida do país com mão de ferro desde que liderou um golpe militar contra o presidente socialista Salvador Allende, em 1973, e, mesmo depois de entregar o poder, em 1990, manteve uma forte influência sobre os rumos da nação. Seu poder era tanto, que ele costumava dizer que controlava até o movimento das folhas das árvores. Fonte: “noticias.terra.com/mundo”.



As transformações na postura da CEPAL, sediada no Chile e criada pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, explicita esta influência ao, de acordo com Duarte (2013), assumir a posição de condutor do receituário neoliberal na América Latina, apesar do discurso de oposição. Tal imposição é ratificada pelo Consenso de Washington em 1989, como uma estratégia para expandir o neoliberalismo na região.

As consequências destas implementações dos preceitos neoliberais nos países dependentes, longe de afastá-los da dependência, mas aprofundou-a. Harvey (2005) descreve que a partir dos anos 1980 o desemprego e a desigualdade cresceram, enquanto o crescimento em países como Argentina e México baixou, condicionados a reprimarização da região e ampliando os mecanismos de transferência de valor para os países centrais (Mancio & Moreira, 2011), deixando a América Latina mais suscetível às crises do capitalismo mundial.

O ciclo neoliberal na história contemporânea latina, se deu por meio da desregulação econômica, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição da renda em favor dos ricos e privatização de bens públicos, prejudicando assim a vida dos pobres e ampliando a dependência do Estado nacional. No Brasil, tal conjuntura se vê fortalecida após o fim da ditadura militar, por influência do governo Collor (1990 a 1992) e com maior ênfase no Governo Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2003). A década de 1990, foi significativa para implantações neoliberais no país.

4 POLÍTICAS SOCIAIS NO CONTEXTO (ULTRA) NEOLIBERAL

Até aqui já pontuamos que a forma como o Estado capitalista lida com a desigualdade, se relaciona, historicamente, com o modelo econômico que dita qual deve ser seu nível de intervenção nas expressões da questão social. Nesse contexto, uma das principais estratégias de manutenção da dinâmica de produção e, ao mesmo tempo, de enfrentamento da desigualdade, são as políticas sociais, que se emolduram de acordo com os mais diversos estágios assumidos pelo modo social de produção capitalista.

Ou seja, é possível afirmar que, em essência, a política social cumpre um papel contraditório no capitalismo e que lhe é fundante e imutável: ao mesmo tempo que responde a demandas da classe trabalhadora, também atende aos interesses de reprodução do capital e das classes dominantes como estratégia para a legitimação do poder político hegemônico. Nesse diapasão, Ribeiro e Salvador (2021, p. 103) afirmam que “a política social e suas determinações vinculam-se necessariamente à política econômica” e acrescentam, ao relatarem as contribuições de Osório (2012), que

Os instrumentos da política econômica podem tornar o ciclo do capital mais fluido e adequado às necessidades da acumulação. Sob a mesma lógica, a política social é parte da totalidade do sistema capitalista que a estrutura, a partir de sua inserção na esfera da produção e reprodução das relações sociais; portanto, um dos aspectos que permite a dominação de classe e a reprodução do capital. (Ribeiro; Salvador, 2021, p. 103)

Dessa forma, entender a política social nos dias hodiernos, requer um olhar para o sistema capitalista na sua faceta neoliberal, percebendo que esta não foi capaz de responder como se esperava, à sua própria crise, atravessada por tribulações das mais diversas, longas e profundas naturezas, que se reverberam nas esferas econômica, social, política, cultural e sanitária. Diante desta realidade, há na literatura apontamentos que destacam que o neoliberalismo mudou seu *status* para o nível “ultra”, segundo advoga Cislighi (2021):

Caracterizamos esse período, então, como uma inflexão, ou nova fase do neoliberalismo, agudizada em profundidade, velocidade e violência em relação ao período anterior. Não se trata de ultraliberalismo, na medida em que não há retorno ao liberalismo clássico (LAVALL, 2018), que ainda não contava com o Estado como financiador, legitimador e expropriador direto a serviço do capital. Ao assumir sua forma “ultra”, como adjetivo, o neoliberalismo entra em nova rodada de aprofundamento de seus pressupostos apoiado em formas exponenciais de bonapartismo nos regimes democráticos liberais e seus governos (DEMIER, 2019), de expropriação de bens comuns, exploração do trabalho e apropriação extraeconômica de trabalho necessário e de criação de capitais fictícios ampliando uma crise sistêmica multifacética que coloca em risco a sobrevivência da humanidade (p. 17).

Acerca da referida conjuntura do capital, Behring, Cislighi e Souza (2020), reforçam:

Entendemos por ultraneoliberalismo essa mais recente forma do neoliberalismo, que não se resume ao Brasil, pois pode ser observada em vários países no mundo. A maioria dos autores do campo crítico, adotando ou não esse termo, concordam que o neoliberalismo sofre uma inflexão que aprofunda seus pressupostos, como consequência da crise financeira de 2008. Apesar de a crise ser centralmente das atividades do setor privado financeiro, e fazer parte de um momento estrutural de crise do capital que se arrasta por décadas, ela foi apresentada, mais uma vez, como uma crise do Estado, que de fato, absorveu os prejuízos do capital por meio de fundo público, com a justificativa de que bancos e instituições financeiras eram “grandes demais para quebrar” o que afetaria o conjunto da sociedade (p. 106).

Trata-se de uma realidade que traz à baila, prioritariamente, as questões trabalhistas e previdenciárias para o conjunto da burguesia, posto que remetem mais diretamente ao antagonismo entre capital e trabalho e aos nichos para ampliar a acumulação (Ribeiro; Salvador, 2021, p.106). Esse momento no Brasil é expressado pelo governo Temer (2016 a 2018) e continuado pelo Bolsonaro (2018 a 2022), que dão cabo a (contra) reformas trabalhistas em 2017, previdenciárias em 2019 e o estrangulamento orçamentário (Sposati, 2018).

Tal conjuntura representa sua face marcada pela agudização da miséria, ocasionada pela maior desregulamentação, precarização do trabalho, níveis cada vez mais profundos de (des) proteção social e retirada de direitos. Neste contexto, dentro do que preconiza Paiva (2006), há um movimento inversamente proporcional, na medida em que a expansão do desemprego e a perda de direitos, aliado à crescente (des) proteção social dos cidadãos na conjuntura ultraneoliberal, vai exercer forte pressão em outras redes de segurança igualmente precarizadas, dentre as quais podemos destacar a assistência social.



Este fato demonstra uma tendência já frisada por Mota (2007), marcada pela assistencialização da proteção social, notadamente sintomática desse processo de miserabilidade da população, antes já pobre:

A Assistência Social passa a assumir, para uma parcela significativa da população, a tarefa de ser a política de proteção social, e não parte da política de proteção social. Estas constatações parecem apontar para algo que não vem sendo posto no debate: a Assistência Social no séc. XXI está adquirindo a condição de mecanismo integrador, em lugar do papel desempenhado pelo trabalho (Mota, 2007, p. 137)

O que se coloca em cena, então, são políticas sociais, hegemonicamente, de combate à vulnerabilidade socioeconômica (mas não só), de cunho cada dia mais enxuto, restrito, focal e seletivo, voltado para os crescentes miseráveis. Ou seja: as políticas sociais vão deixando, aos poucos, de estarem disponíveis para segmentos pobres (outrora beneficiados), para se voltar, quase que exclusivamente, para a população miserável, indigente e completamente esfoliada de direitos básicos.

Os reflexos desta bárbara conjuntura têm impactos diretos não só para a população que mais necessita dessas políticas, como também sobre o trabalho dos/as Assistentes Sociais, pois, os direitos, muitos materializados através das políticas sociais, vêm sendo duramente atacados. Urge, portanto, que a categoria profissional se aproprie de uma leitura crítica sobre a atual realidade, posto que, as políticas sociais são “solo do nosso trabalho profissional”, bem como, “objetos de pesquisa e formação” (Boschetti, 2021).

Dito isto, a autora salienta:

Esse ultraneoliberalismo se conecta com o autoritarismo, constringe qualquer possibilidade de manutenção e expansão de políticas sociais democráticas, impacta duramente na reprodução da força de trabalho e, também, no exercício profissional do/a assistente social, já que provoca uma erosão do solo em que intervém. Não só amargam perdas de seus direitos como trabalhadores/as assalariados, como também enfrentam dificuldades cada vez mais intransponíveis para mediar o acesso aos direitos e bens públicos dos sujeitos com quem trabalham, o que constitui uma de suas principais atribuições profissionais (p. 36).

O que se nota é que enquanto profissionais, estamos diante de um enorme desafio: o de concretizar, nos limites do nosso trabalho assalariado, os princípios preconizados pelo código de ética do/a Assistente Social, visto que eles balizam para a direção de uma nova ordem societária com fundamentos opostos àqueles que fundam as dinâmicas capitalistas.

Se é inconteste a impossibilidade de o capitalismo superar as seqüelas sociais e materiais do processo de acumulação, também o é a possibilidade de utilizar meios para enfrentá-las no limite da ordem burguesa, permitindo que proprietários e trabalhadores sejam tornados cidadãos sujeitos de direitos (Mota, 2007, p. 137).

O desafio aumenta ainda mais, quando entendemos que uma das nossas principais arenas de movimentação profissional e viabilização de direitos, que é a política social, contribui para a

manutenção do capital. Contudo, não perder de vista que nosso compromisso ético-político e profissional se vincula ao processo de construção de uma sociedade, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero, mesmo diante de uma realidade tão controversa, nos ajuda a esperar (Freire, 1992) e não desacreditar no que já nos aconselhava Brecht (1982): “nada deve parecer impossível de mudar”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender o lugar do Estado nas relações sociais capitalistas possibilita visualizar quais os limites e quais as dinâmicas que são construídas (e tensionadas) entre as classes sociais na construção de estratégias de dominação e sobrevivência, como se caracterizam as políticas sociais. Ao ampliar nosso campo de análise para a realidade da América Latina, acentua-se essa relação de contradição no aumento das forças produtivas enquanto ocorre a superexploração da classe trabalhadora, essa condição de países dependentes particulariza os desafios na região, convocando, mais uma vez, este Estado Dependente a representar os interesses da classe dominante ocultando expressões de contradição que manifesta em desigualdade social, pobreza, intensificação e ampliação da jornada de trabalho, entre outros exemplos.

Sabe-se que uma das principais estratégias de enfrentamento da desigualdade são as políticas sociais, e estas emolduram-se nos limites do capital, numa relação contraditória que lhe é fundante e imutável, na medida em que ao mesmo tempo que responde a demandas de sobrevivência da classe trabalhadora, mas essencialmente também atende aos interesses de reprodução do capital e das classes dominantes como estratégia para a legitimação do poder político hegemônico.

No cenário atual, as políticas sociais são profundamente impactadas pela fase ultraneoliberal do capitalismo, que hegemonicamente foca na assistencialização da proteção social, aprofundando as sequelas socioeconômicas das relações imperialistas nos territórios dependentes. Esse enfoque reproduz políticas sociais mais enxuto, restritivas, focalizadas e seletivas, direcionado quase exclusivamente à população em situação de miséria, desprovida de direitos básicos, em vez de um padrão mínimo de segurança social. Com o ultraneoliberalismo na América Latina, a ideia de conciliação por meio de políticas sociais é progressivamente abandonada, sendo substituída por ações coercitivas de caráter autoritário. Essas ações se manifestam tanto pela violência física (policial, militar ou o armamento da população) quanto pelo controle ideológico, através de valores meritocráticos, de concorrência e da promoção de discursos misóginos, racistas, LGBTfóbicos e outras formas de inferiorização de grupos e frações da classe trabalhadora.

Nesse contexto, o trabalho de profissionais envolvidos nessas políticas sociais, a exemplo dos assistentes sociais, torna-se ainda mais desafiador, exigindo uma postura crítica e comprometida com a defesa dos direitos sociais e com a construção de alternativas que rompam com as lógicas de



dominação e exploração, que busque a transformação das relações sociais vigentes, sem perder de vista os limites impostos pelo trabalho assalariado e explorado. A construção de uma nova ordem societária, livre de opressões de classe, etnia e gênero, coloca-se como um horizonte ético para a atuação do assistente social, desafiando-o a resistir e a encontrar brechas para a implementação de ações que promovam a justiça social em um contexto de intensificação da exploração.



REFERÊNCIAS

AMARAL, M. S. Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. 2012. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12140/tde-09102012-174024/pt-br.php>. Acesso em: 3 out. 2024.

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: GENTILI, P.; SADER, E. (Orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1995.

BEHRING, E. R.; CISLAGHI, J. F.; SOUZA, G. Ultraneoliberalismo e bolsonarismo: impactos sobre o orçamento público e a política social. In: BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C.; FREIRE, S. M. F. (Orgs.). Políticas sociais e Ultraneoliberalismo. São Paulo: Editora Navegando, 2020.

BOSCHETTI, I. Política Social e Serviço Social: interação sim, mimetismo não!. In: EVILASIO, S. S. (Org.). Estado, política social e direitos. São Paulo: Editora Alexa Cultural, 2021.

BRECHT, B. Antologia poética. São Paulo: ELO Editora, 1982.

CARCANHOLO, M. D.; BARUCO, G. C. da C. A estratégia neoliberal de desenvolvimento capitalista: caráter e contradições. Praia Vermelha, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 09-23, 2011.

CISLAGHI, J. F. Financiamento e privatização da saúde no Brasil em tempos Ultraneoliberais. Revista Humanidades e Inovação, Política de Saúde e Lutas Sociais em tempos de Pandemia da Covid-19, v. 8, n. 35.

COELHO, T. P. Subdesenvolvimento e dependência: um debate entre o pensamento da Cepal dos anos 50s e a Teoria da Dependência. Revista Perspectiva Sociológica, n. 5. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33025/rps.v1i5%2F6.604>. Acesso em: 3 out. 2024.

DUARTE, P. H. E. Entre o desenvolvimento e a dependência: uma crítica ao neoestruturalismo cepalino. Revista Pensata, v. 3, n. 1, p. 97-123.

MANCIO, D.; MOREIRA, R. C. A dependência latino-americana e a reprimarização do continente. In: XVII Encontro Nacional de Economia Política - UFRJ, p. 1-25, Rio de Janeiro, Brasil, 2011.

FREIRE, P. Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1992.

IASI, M. Política, Estado e ideologia na trama conjuntural. São Paulo: Instituto Caio Prado Júnior, 2017.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R.; STÉDILE, J. P. (Orgs.). Ruy Mauro Marini: Vida e obra. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

MARINI, R. M. Brazilian interdependence and imperialist integration. Monthly Review, v. 17, n. 7, p. 10-29, 1965.

MARINI, R. M. Subdesenvolvimento e Revolução. Florianópolis: Editora Insular, 2014.

MARTINS, C. E. O Pensamento de Ruy Mauro Marini e sua atualidade para as ciências sociais. Revista Crítica Marxista, v. 32, n. 1, p. 127-146, Campinas, 2011.



MARX, K.; ENGELS, F. Ideologia alemã. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.

MARX, K.; ENGELS, F. O manifesto comunista. Rocket Edition, 1999.

MOTA, A. E. Serviço Social e Seguridade Social: uma agenda recorrente e desafiante. Revista Em Pauta, Rio de Janeiro, n. 20, 2007.

OSÓRIO, J. O. Estado no centro da Mundialização: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Editora Outras expressões, 2014.

PAIVA, B. A. de. O SUAS e os direitos socioassistenciais: a universalização da seguridade social em debate. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo: Cortez, n. 87, p. 5-24, 2006.

PEREIRA, P. A. O. Política social: temas & questões. São Paulo: Cortez, 2008.

POLANYI, K. A grande transformação: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

PINTO, Á. V. A Consciência crítica. In: Consciência e realidade nacional. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960.

RIBEIRO, I. R.; SALVADOR, E. Fundo público e a construção da hegemonia no Brasil: as demandas das frações burguesas para as políticas econômicas e sociais. In: EVILASIO, S. S. [et al.] (Org.). Estado, política social e direitos. Embu das Artes: Alexa Cultural, 2021.

SPOSATI, A. Descaminhos da seguridade social e desproteção social no Brasil. Revista Ciência & Saúde Coletiva, v. 23, n. 7, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018237.10202018>. Acesso em: 3 out. 2024.